

# VERDES E CRIATIVOS

## Tecnologia, desenvolvimento e meio ambiente nas novas economias

Pesquisa em curso.  
GT27 – Sociologia econômica

Rafael Saad Fernandez  
Neusa Serra

### Resumo

Economia Verde e Economia Criativa são dois conceitos que vêm sendo amplamente debatidos quando se discute novas estratégias de desenvolvimento. Apesar de enfocarem objetos distintos, a proposta de desenvolvimento subjacente a essas abordagens apresenta pontos comuns que merecem ser mais bem explorados. Este texto aproxima esses dois conjuntos de ideias a partir de três dimensões que parecem fundamentais para pensar o desenvolvimento na contemporaneidade à luz de uma nova economia: tecnologia, desenvolvimento e meio ambiente. Entre as aproximações possíveis são discutidos seis pontos que exigem maior atenção da sociedade, como a questão da propriedade intelectual, o aumento da produtividade industrial promovido pelas constantes inovações, as novas lógicas de consumo, as estratégias de geração de emprego e renda, a poluição e o marketing “verde”. Conclui-se que é necessário buscar soluções redutoras do conflito entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e inclusão social, entre as quais as recentes concepções de Economia Verde e Economia Criativa se inserem.

**Palavras-chave:** Economia Criativa; Economia Verde; Desenvolvimento.

### 1. Introdução

Recentemente tem-se discutido uma série de alternativas ao modelo ainda vigente e dominante de desenvolvimento. De um período pós-guerra no qual a ideia de “progresso” foi fortemente associada a crescimento econômico pautado no aumento exponencial do número e da produtividade das indústrias e no incremento do consumo de bens (o tão falado progresso material), chegamos a um ponto de nossa trajetória no qual tais ideias começam a ser questionadas sob diversos ângulos.

Parte desses questionamentos está associada aos debates em torno da chamada Economia Criativa, cujos defensores acreditam que o fortalecimento das atividades econômicas cujo centro é a cultura e a criatividade pode levar ao desenvolvimento econômico, social e cultural de maneira integrada. Outra parte pode ser associada a uma série de conceitos aparentados que têm sido agregados sob o guarda-chuva da Economia Verde, a qual tem levantado a bandeira da sustentabilidade dos processos produtivos e do consumo por meio da adoção de práticas que reduzam a exploração de recursos naturais não renováveis e causem menor impacto ao meio ambiente.

Apesar de aparentemente distintas essas duas estratégias apresentam pontos convergentes cuja identificação permite alargar os limites do debate atual em torno da busca de estilos de desenvolvimento sustentáveis e inclusivos.

Em linhas gerais, este artigo procura, de forma ainda incipiente, explorar os conceitos de Economia Criativa e Economia Verde, descrevendo brevemente a história de cada um deles e algumas das principais propostas deles decorrentes. Nesse percurso, procura destacar as influências de três elementos chave para a compreensão das trajetórias das duas propostas: tecnologia, desenvolvimento e meio ambiente.

## 2. O que é economia criativa?

De maneira geral, podemos dizer que o conceito atual de Economia Criativa evoluiu dos debates travados em meados dos anos 1990, por ocasião do surgimento de uma nova política cultural elaborada no âmbito da *Commonwealth* e cujo foco era o fortalecimento da cultura australiana como estratégia de desenvolvimento local e regional (National Library of Australia, 1994).

Em 2000, a ideia do que viria a ser consagrado como Economia Criativa chega à Europa com a publicação na revista *Businessweek* de um artigo do jornalista Peter Coy intitulado “Creative economy”, considerado na literatura sobre o tema como o precursor no uso do conceito de Economia Criativa. O artigo destacava o papel das empresas, especialmente dos grandes conglomerados, na nova economia que estaria se formando em substituição ao velho paradigma industrial, afirmando inclusive que as companhias com maiores chances de sucesso seriam aquelas que valorizassem seus profissionais e, em especial, as ideias que deles emanassem, pois delas proviriam o poder, o prestígio e a riqueza do séc. XXI (Coy, 2000).

Assim, uma economia fortemente baseada na produção industrial em larga escala estaria, de forma ainda bastante modesta, dando lugar a atividades econômicas cujos principais insumos são o conhecimento e a criatividade. Ou seja, as ideias estariam paulatinamente gerando mais valor do que as máquinas utilizadas na produção de bens tangíveis.

Howkins (2001), considerado o principal responsável pela popularização do conceito de Economia Criativa, enxerga neste novo cenário que as pessoas criativas, isto é, aquelas com a capacidade de ter boas ideias, poderiam se tornar (e na verdade já estariam se tornando) mais poderosas que os indivíduos que trabalham nas máquinas e até mesmo mais poderosas que os donos das máquinas, o que faria delas alvo de admiração e temor. Na medida em que o conhecimento fosse ganhando importância, ele se tornaria um ativo de valor inestimável para companhias e indivíduos, sendo possível transformar ideias que custaram muito pouco para serem produzidas em informações que custariam infinitamente mais.

Segundo David Throsby, um dos primeiros pesquisadores a se dedicar academicamente ao estudo das relações entre economia e cultura pelo viés das atividades culturais, além de envolverem necessariamente a criatividade em alguma etapa de sua produção e gerarem propriedade intelectual, as atividades econômicas culturais também se caracterizariam por serem dotadas de forte conteúdo simbólico (Throsby, 2001).

Por outro lado, para ele haveria uma grande dificuldade da maioria dos economistas em lidar com questões ligadas à cultura e à criatividade por estas escaparem, em grande medida, à lógica econômica tradicionalmente aceita. O valor cultural de uma obra de arte, por exemplo, não poderia ser aferido apenas a partir de seu custo de produção e preço de venda. A estimativa desse valor exigiria formas mais sofisticadas de mensuração, as quais muitas vezes vão além da economia clássica (Throsby, 200, p. 128).

A Economia Criativa começa a ser verdadeiramente pensada como estratégia global de desenvolvimento no âmbito da Organização das Nações Unidas devido ao envolvimento de duas de suas principais agências: Unesco e Unctad. Estas duas entidades foram encarregadas da tarefa de elaborar indicadores que permitissem mensurar, entre outras magnitudes, o emprego, o número de empresas e o fluxo de bens e serviços culturais entre os diferentes países. Tais indicadores destacaram a importância das atividades econômicas criativas nos países, especialmente através do aumento do fluxo de bens e serviços criativos experimentado nos últimos anos. Além disso, a ONU foi responsável pela criação e coordenação da Rede de Cidades Criativas, que tem popularizado políticas públicas de desenvolvimento econômico e social baseadas nos setores criativos e implementadas em diversas cidades do mundo (Unctad, 2010; Unesco, 2005).

A importância das atividades criativas como estratégia de desenvolvimento local foi especialmente destacada por Richard Florida. Desde os anos 1990, Florida tem levantado a bandeira da

necessidade de realizar investimentos em infraestrutura criativa (teatros, museus, espaços para exposições, universidades etc) como uma forma de atrair e fortalecer o que ele chama de ‘classe criativa’ (Florida, 2010). Apesar das críticas a suas formulações (Kratke, 2010), é difícil discordar quando ele afirma que o desenvolvimento das grandes cidades deve passar pela influência de pessoas criativas. Para ele, é fundamental que os governos tenham a preocupação de atrair esses profissionais para as cidades e oferecer-lhes as condições adequadas para que sua criatividade aflore de maneira plena. Por outro lado, a existência de espaços urbanos com infraestrutura cultural e vida intelectual estimulante não apenas pode atrair profissionais criativos de outras regiões do país e do mundo, mas também oferece condições para que neles surjam talentos criativos locais, estimulados a buscar alternativas ao *mainstream* e interessados em novas possibilidades para a vida nas cidades.

A difusão das atividades culturais e de conhecimento e, como um corolário, a democratização de seu acesso, são propostas que guardam alguma relação com as formulações de Amartya Sen e demais defensores da ideia de desenvolvimento humano, que vem sendo debatida há tempos no âmbito da ONU (Sen, 1999).

### 3. O que é economia verde?

Em linhas gerais, a Economia Verde tem sido vista como uma expressão de significados e implicações ainda controversos, mas diretamente relacionada ao conceito mais abrangente de Desenvolvimento Sustentável consagrado pelo Relatório Brundtland, de 1987, e assumido oficialmente pela comunidade internacional na Rio-92.

Nos debates e na produção acadêmica sobre o tema, nota-se muitas vezes, principalmente por ocasião da Rio+20, que há certo movimento em busca da substituição do antigo conceito de “ecodesenvolvimento”, promovido por Ignacy Sachs (1994) pelo de Economia Verde, sobretudo no âmbito das Nações Unidas.

Na obra “Nosso futuro comum”, resultado do trabalho feito a muitas mãos e coordenado por Brundtland, (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991) a ideia de Desenvolvimento Sustentável é apresentada da seguinte forma:

“A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável, de garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas. O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites – não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico” (pp. 46-47).

Tal formulação faz crer que poderíamos chegar a formas mais racionais de utilização dos recursos naturais, sobretudo dos finitos, e a um grau de redução significativa da poluição.

A ênfase conferida pelas Nações Unidas à Economia Verde, entendida como o conjunto de práticas produtivas e empresariais voltadas à minimização dos danos ambientais, é destacada por Almeida (2012):

“Mobilizar e reorientar a economia global para investimentos em tecnologias limpas e infraestrutura ‘natural’, como as florestas e solos, é a melhor aposta para o crescimento efetivo, o combate às mudanças climáticas e a promoção de um boom de emprego no século 21” (p. 93).

Posto dessa forma, a passagem de uma economia altamente poluidora e com intenso uso de recursos naturais para uma Economia Verde implicaria reduzir os “efeitos colaterais” gerados por um estilo de desenvolvimento pautado unicamente do ponto de vista econômico e garantir, de um lado, que os recursos naturais sejam explorados de uma maneira mais racional e menos predatória e, de outro, que a dimensão da permanência seja associada aos objetivos do desenvolvimento.

Outro aspecto importante a ser ressaltado nessas discussões diz respeito às decisões governamentais, que devem ir além da definição de setores e áreas a serem ou não promovidos, como se fosse possível simplesmente investir em setores “limpos” e deixar de produzir uma série de bens que causam prejuízo ao meio ambiente (Almeida, 2012). No entanto, construir uma Economia Verde parece ser algo que ultrapassa em muito essas escolhas, fazendo com que a adesão dos países a um projeto político dessa natureza seja ainda mais complexa.

Como uma forma de sintetizar o conceito, o PNUMA propõe que a Economia Verde seria “aquela que resulta na melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais”; isto é, uma economia de baixo-carbono, eficiente no uso de recursos naturais e socialmente inclusiva. Contudo, para Almeida, a Economia Verde não seria nada mais que uma nova roupagem para um conceito que já vem sendo discutido na literatura há décadas: o de Economia do Meio Ambiente (Almeida, 2012).

#### **4. Interfaces entre economia criativa e economia verde**

Tecnologia, desenvolvimento e meio ambiente são três dimensões imbricadas e indispensáveis para se pensar a sociedade que desejamos para o século XXI e além. Estes elementos estão diretamente relacionados tanto à Economia Criativa quanto à Economia Verde, cabendo aprofundar um pouco mais o debate sobre os impactos que as escolhas nessas três áreas podem ter sobre nossa sociedade.

##### **4.1. Tecnologia**

Existem diversos pontos de interesse comum entre Economia Criativa e Economia Verde no que se refere à tecnologia, os quais podem ser exemplificados nos dois aspectos aqui examinados: propriedade intelectual e produtividade.

###### *4.1.1. A questão da propriedade intelectual*

A Economia Criativa tem como um de seus focos dois movimentos opostos em relação à tecnologia. De um lado, procura empregá-la nas suas mais variadas formas, ampliando as possibilidades de expressão da criatividade e produzindo novos conhecimentos. Na prática, isso significa que um profissional como um designer, por exemplo, tem a sua disposição as mais avançadas e variadas formas de tecnologia para aumentar sua produtividade e sua capacidade de criação. Além disso, a tecnologia, principalmente pensada a partir da esfera da difusão tecnológica em sua forma tácita, é em si um conhecimento passível de ser transmitido de um indivíduo para outro sem que haja perdas para quem o difunde.

No âmbito das discussões sobre Economia Verde, este tema também é bastante presente. A tecnologia aparece neste contexto como uma forma de buscar alternativas mais racionais de utilizar os recursos naturais e gerar menos resíduos. É a tecnologia e sua difusão nas sociedades que permite às empresas adotarem práticas diferentes de produção que reduzam o impacto no meio ambiente.

Apesar de, em tese, não haver restrições à circulação de conhecimentos no mundo globalizado, os quais por sua vez são motores para o desenvolvimento de novas tecnologias, na esfera do real não é bem assim que as coisas funcionam. Mesmo em um mundo repleto de informações que desfilam em nossas telas de maneira intensa e acelerada graças às redes informacionais digitais, as restrições impostas pelos sistemas de propriedade intelectual têm se mostrado um problema significativo em qualquer discussão envolvendo Economia Criativa ou Economia Verde. Os entraves representados por

direitos autorais, marcas e patentes, ao proteger os direitos dos criadores e os interesses dos detentores, dificultam e, em alguns casos, impedem o amplo acesso à produção cultural e intelectual disponível e a novas tecnologias que possibilitariam implementar formas de produção menos impactantes ao meio ambiente.

O desafio que parece se apresentar frente a esse quadro é o de encontrar maneiras de estimular o desenvolvimento e a circulação de ideias ao mesmo tempo em que se respeite a figura do criador e do inventor, fazendo com que sua criatividade seja adequadamente remunerada. Alternativas como as advindas das tecnologias sociais e da adoção de modelos de licenças mais flexíveis parecem ser pontos que precisam ser mais bem explorados.

#### 4.1.2. *A questão da produtividade*

Na Economia Criativa, como já foi destacado anteriormente, há uma série de atividades econômicas que se baseiam na produção de bens e serviços inteiramente baseados no conhecimento, conformando o que se designa como bens intangíveis, cujo conteúdo material apenas lhe dá suporte ou serve de invólucro (livros, canções, jogos e demais conteúdos em formato digital, por exemplo). Segundo Corsani (2003), tais bens se diferenciam dos bens físicos em diversos aspectos. Em primeiro lugar, eles escapam à lei dos rendimentos decrescentes proposta pela economia clássica, tornando-se por conseguinte um grande entrave para as análises econômicas que consideram a escassez como elemento central. Além disso o consumo desses bens, ao contrário do que ocorre no universo dos bens tangíveis, não leva necessariamente à sua destruição, podendo mesmo potencializar sua expansão em termos quantitativos e qualitativos, dada sua capacidade de evolução e transformação (um exemplo disso é a produção de softwares em regime de colaboração, processo cada vez mais comum empregado no desenvolvimento de plataformas de alta complexidade).

Outro aspecto fundamental, e que está diretamente relacionado ao que foi discutido anteriormente sobre a propriedade intelectual, é o fato de que as relações de troca envolvendo bens intangíveis não se pautam pela perda: quem fornece bens desse tipo praticamente não utiliza recursos naturais na sua produção e, uma vez acabado, a replicação do produto ocorre a um custo marginal praticamente nulo (é o que ocorre com bens como música, vídeos e games em formato digital). Dessa forma, podemos pensar que a Economia Criativa, sobretudo aquela que se volta para bens intangíveis, tem potencial de geração de riqueza muito superior ao encontrado nos setores tradicionais, visto que apesar de haver custos consideráveis de produção, os bens decorrentes desse processo são infinitamente replicáveis, garantindo lucros progressivos que em tese poderiam se manter indefinidamente.

Na Economia Verde, no entanto, as coisas não se dão da mesma forma. Quando buscamos formas mais limpas de produzir um determinado bem, estamos reduzindo a utilização de recursos naturais, mas em geral isto se dá apenas em termos relativos, nunca em termos absolutos. Dada a necessidade sempre crescente de consumo de bens e serviços na sociedade contemporânea, qualquer forma de redução no impacto ambiental resulta apenas em um afastamento da curva de finitude dos recursos (Meadows, 1978). A adoção de práticas ditas “verdes”, atreladas aos ganhos de produtividade propiciados pelo uso de novas tecnologias, leva quase que invariavelmente a um aumento no consumo global de recursos naturais, o que tem tornado a proposta de Economia Verde alvo de diversas críticas. Quando se chega a um ponto de exaustão de um dado recurso ou quando se conclui que a utilização de uma dada matéria-prima gera danos catastróficos ao meio ambiente, especialmente aos seres humanos, adota-se tecnologias que envolvem novos materiais, causando apenas uma migração de consumo de recursos.

Encontrar um equilíbrio na produção global de bens e serviços não é tarefa fácil. Apesar de ser possível construir uma fatia considerável da economia com base na produção e consumo de bens intangíveis, continuará havendo a necessidade de produzir e consumir não só bens de consumo tangíveis, mas também equipamentos para acessar os intangíveis – e estes provocam impactos bastante severos ao meio ambiente.

## 4.2. Desenvolvimento

Pelo que já foi discutido até aqui, nota-se uma preocupação bastante grande dos entusiastas da Economia Criativa e da Economia Verde com a questão do desenvolvimento. No entanto, é importante esclarecer o que esses autores entendem por desenvolvimento. Não se trata aqui de vê-lo sob a ótica do crescimento puramente econômico, mas a partir da qual se contemple também o desenvolvimento social e cultural. Uma imagem ilustrativa desse desenvolvimento seria o que Amartya Sen chamou de “caminho do meio” – nem o mero crescimento, nem a pura utopia. O que estaria em jogo nessa visão seria a expansão da liberdade como o principal fim e meio para o desenvolvimento, isto é, a busca pela eliminação de tudo o que limita as escolhas e as oportunidades dos indivíduos (Sen, 1999, Veiga, 2010).

Adotando esta noção ampliada de desenvolvimento, discutem-se duas questões que perpassam tanto os debates sobre a Economia Criativa quanto Economia Verde: consumo e geração de emprego.

### 4.2.1. *Novas lógicas de consumo*

Retomando os bens intangíveis, nota-se com o crescimento do consumo desses bens que uma nova lógica de consumo pode emergir a partir deles. Dada sua infinita replicabilidade, tais bens estariam alheios à discussão sobre a necessidade de redução do consumo como uma estratégia de diminuição do impacto ambiental das atividades humanas. Por outro lado, o aumento do consumo de bens criativos tangíveis e de maior valor agregado propiciado pela redução da pobreza pode se tornar um entrave para a adoção das estratégias propostas pela Economia Criativa como alternativa ao modelo tradicional de crescimento econômico.

Aparelhos eletrônicos, mobiliário e roupas são apenas três exemplos de produtos que a cada dia são mais carregados de conteúdo criativo, especialmente na forma de conhecimento e design, e que, caso não sejam desenvolvidos e fabricados com uma visão adequadamente “verde”, podem levar a impactos ambientais tão substanciais ou ainda piores que os identificados na produção tradicional.

Além disso, a possibilidade do sempre novo que se coloca diante de nós graças ao estímulo à criatividade pode intensificar (e na verdade já tem intensificado) o consumo de uma série de bens, especialmente aqueles com “prazo de validade” encurtado pelos modismos.

### 4.2.2. *Geração de emprego e renda*

A visão proposta por essas novas economias está muito pautada na busca por alternativas que garantam a geração de emprego e renda em setores econômicos diferentes dos tradicionais. No caso da Economia Criativa, busca-se, em um conjunto determinado de atividades, formas de ampliar as possibilidades do mercado de trabalho apostando em toda a cadeia ligada a atividades culturais e na sinergia que pode surgir do cruzamento dessas atividades com velhos empreendimentos industriais (como é o caso, por exemplo, do design aplicado à tecelagem que se transforma em moda).

Já na Economia Verde, vê-se que a necessidade de aumento da produtividade e de criação de negócios sustentáveis pode desencadear uma série de novas possibilidades econômicas. Não apenas a pesquisa e o desenvolvimento podem se beneficiar da busca incessante pela quebra dos paradigmas industriais tradicionais e pela adoção de modelos e processos “verdes”, mas também os próprios negócios voltados para a sustentabilidade podem se tornar ramos industriais bem sucedidos, como é o caso da geração de energia limpa ou da substituição de materiais poluentes por alternativas sustentáveis.

## 4.3. Meio Ambiente

O meio ambiente, como não poderia deixar de ser, é uma questão bastante presente quando se fala em Economia Verde e Economia Criativa. No caso da primeira, a relação é óbvia – apesar de um tanto controversa –, mas no caso da segunda, há autores buscando formas de incluir a preocupação com

o meio ambiente e encontrar formas “criativas” de produção que levem em conta a relação entre a produção, o consumo e o uso de recursos naturais.

Como forma de introduzir esse debate, são discutidos brevemente dois pontos que parecem bastante relevantes: poluição e sustentabilidade.

#### **4.3.1. Poluição**

No caso da Economia Criativa, a primeira coisa que vem à mente, principalmente no caso dos bens intangíveis, é o fato desses bens, por serem baseados em conhecimento, conformarem produtos que praticamente não consomem recursos naturais e não poluem. Assim, estimular uma economia baseada em conhecimento seria uma estratégia capaz de reduzir o impacto sobre o meio ambiente, com consequente redução no nível de emissões de poluentes nas suas diferentes formas. No entanto, há também uma série de bens criativos tangíveis que podem causar os mesmos tipos de impactos de quaisquer outros bens.

Em relação à Economia Verde, há dois lados de uma mesma moeda: retomando a questão da produtividade, tem-se uma economia com menor consumo relativo de recursos; no entanto, na contabilização global, há quase sempre incremento no consumo de recursos naturais e novamente um aumento das emissões de poluentes.

Aqui, há um amplo campo que se abre para a aproximação entre as duas abordagens. Pensar e discutir maneiras de ampliar o papel estratégico de setores baseados em cultura e conhecimento talvez seja a forma mais óbvia de se chegar a uma economia mais próxima do que idealmente seria “verde”. No entanto, a urgência de suprir necessidades básicas de uma porção imensa de indivíduos que ainda vivem completamente à margem do consumo de bens tangíveis considerados de primeira necessidade parece constituir um enorme obstáculo para a uma aproximação das duas abordagens num horizonte próximo.

#### **4.3.2. Sustentabilidade e a perversidade do marketing “verde”**

O apelo da sustentabilidade tem sido uma importante estratégia de marketing das empresas para atrair um maior número de consumidores para seus produtos. Estimular o consumo, mesmo pensando em produtos “verdes”, certamente não é a melhor estratégia para garantir a manutenção dos recursos naturais não renováveis no longo prazo.

O marketing é um setor criativo de considerável impacto econômico, dada a sua capacidade de estimular o consumo de bens e serviços dos demais setores. Enquanto atividade econômica, o marketing é um serviço baseado fundamentalmente no conhecimento e possui impacto muito baixo no meio ambiente. No entanto, as atividades relacionadas a sua cadeia produtiva, como as de edição e impressão gráfica e distribuição de materiais publicitários, contribuem significativamente para a poluição, sobretudo nas cidades.

Desse modo, balancear o incentivo ao consumo de bens ditos “verdes” reduzindo ao mesmo tempo o impacto que o consumo de recursos naturais pode causar ao meio ambiente parece constituir um paradoxo de difícil solução.

### **5. Conclusão**

Como se percebe nos trabalhos sobre Economia Criativa e Economia Verde – quando comparados aos de outras áreas do universo econômico ou mesmo de outros campos de conhecimento envolvendo as ciências humanas como um todo – os conceitos e reflexões que trazem são recentes e encontram-se em processo de evolução e aprimoramento teórico, adquirindo novos contornos conforme são debatidos em diferentes esferas ao redor do mundo.

Nota-se que a proposta central atrás dessas duas abordagens aproxima-se em diversos aspectos, mas especialmente no que se refere à busca por formas das sociedades contemporâneas alcançarem um determinado patamar socioeconômico (desenvolvimento) utilizando conhecimento de ponta (tecnologia) com menor impacto sobre os recursos naturais (meio ambiente). Contudo, os pontos comuns entre essas “novas economias” certamente não se restringem a esse tripé, sendo necessárias reflexões mais detalhadas não só sobre as três dimensões aqui contempladas, mas sobre outras tão ou mais importantes, como a política e a institucional.

Apesar de consideradas por muito tempo dois elementos radicalmente separados, cultura e natureza parecem estar cada vez mais próximas e sendo trazidas juntas para o campo dos debates relacionados ao desenvolvimento. A crescente integração desses dois universos permite pensar em estratégias que tenham em conta o ideário da Economia Criativa e/ou da Economia Verde como alternativas de desenvolvimento.

### Referências bibliográficas

- Almeida, L. (2012) Economia verde: a reiteração de ideias à espera de ações. *Estudos Avançados*, 26, v. 74.
- Brundtland, G.H. (1987). *Our common future*. Oxford: Oxford University Press.
- Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso futuro comum* (2. ed.). Rio de Janeiro: FGV.
- Corsani, A. (2003). Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. Em A.P. Galvão (Ed.). *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Coleção Espaços do desenvolvimento. Rio de Janeiro: DP & A.
- Coy, P. (2000). The creative economy. *Businessweek*, London, aug. Disponível em: <[http://www.businessweek.com/2000/00\\_35/b3696002.htm](http://www.businessweek.com/2000/00_35/b3696002.htm)>. Acesso em: 16 dez. 2012.
- Howkins, J. (2001). *The creative economy: how people make money from ideas*. London: Penguin.
- Kratke, S. (2010). Creative cities and the rise of the dealer class. *International Journal of Urban and Regional Research*, 34.4, 835-853.
- Meadows, D. & Meadows, D. & Randers, Jorgen & Behrens, William. (1978). *Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Perspectiva.
- National Library of Australia. (1994). *Creative Nation: Commonwealth cultural policy*. Disponível em: <<http://www.nla.gov.au/creative.nation>>. Acesso em: 16 dez. 2012.
- Sachs, I. Estratégias de transição para o século XXI. (1995) Em M. Bursztyn (Ed.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense. (pp. 29-56).
- Sen, A. (1999). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Throsby, D. (2001). *Economics and culture*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Unctad. (2010). *Creative economy report: a feasible development option*. New York: United Nations.
- Unesco. (2005). *International Flows of Selected Cultural Goods and Services, 1994-2003*. Montreal: UNESCO Institute of statistics.
- Veiga, J.E. (2010). *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond.